

NA TERRA DO ALDEAMENTO, NA CIDADE, EM TODO O LITORAL: O MOVIMENTO DOS ÍNDIOS TREMEMBÉ

Alecsandro Ratts*



Foto: Alex Ratts

Os Tremembé estão entre os grupos indígenas que “reapareceram” no cenário cearense, desde a década de 80, após mais de cem anos de propagada “extinção” oficial dos índios no Ceará. Quem fala em Tremembé, geralmente se refere à população indígena que mora em Almofala, local de um aldeamento do século XVIII e que hoje é distrito do município de Itarema, situado a 270km de Fortaleza. Os Tremembé de Almofala e aqueles que migraram para Fortaleza estão retomando os vínculos de parentesco no atual contexto

da luta pela terra. Esta situação permite discutir **território, cidade, e visibilidade** para os Tremembé.¹

O TERRITÓRIO: A DANÇA DO TORÉM E OS MARCOS DA TERRA

Antes do contato com os europeus, os Tremembé habitavam o litoral dos atuais estados do Maranhão, Piauí e Ceará e uma parte deles foi aldeada em Almofala. Os Tremembé atuais, na principal versão da

sua origem, referem-se à formação do aldeamento:

“De 1500 pra cá, quando aqui foi encontrado esse terreno, que era só o aldeamento dos índios mesmo... Entonce, o torém foi começado assim... depois que a rainha fez a igreja e deu pros índios.”

(Vicente, Almofala, janeiro de 94)

As narrativas da doação e dos limites históricos da terra do aldeamento coincidem com os documentos oficiais². O conhecimento dos limites da terra está disseminado na população indígena de Almofala e as narrativas afloram no conflito territorial. Parte das terras estão ocupadas por posseiros que vêm se instalando desde os anos 50. Almofala é a área de expansão da agro-indústria de coco e da pesca industrial.

Em 93, os Tremembé foram reconhecidos oficialmente como índios e tiveram sua área delimitada em 4 900ha (aproximadamente metade do antigo aldeamento). O Grupo Técnico da FUNAI que esteve na área em setembro de 92 contabilizou 2 247 índios³. Uma parcela da população de Almofala não se afirma como índio e, junto com os posseiros, são chamados pelos Tremembé de “os contra”.

Considerando **território** como um espaço do qual um grupo se apropria “concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação)”⁴ é possível afirmar que o território Tremembé excede a área efetivamente ocupada e reivindicada, compreendendo o antigo aldeamento. Contudo, esse



Foto: Alex Ratts

Dança do Torém em Almofala

território está sendo retomado através de diversas iniciativas e, como veremos, pode se estender para além de Almofala.

Os não-índios, notadamente fazendeiros, empresários e políticos de Itarema, intimidaram os Tremembé a ocultar sua identidade indígena e a não manifestar publicamente costumes "antigos" como a dança do Torém. O Torém era dançado nos meses da safra do caju, acompanhado de mocroró (bebida feita de caju fermentado) e hoje é realizado durante todo o tempo: após as reuniões, no aniversário de um chefe, na presença da FUNAI e nas campanhas pela demarcação em Fortaleza. Como diz o vice-cacique: "o torém não tá sendo só na colheita do caju. A gente pode dizer que tá sendo uns momento igual, tá sendo uma coisa rodada, tá sendo nesse camim".

(Almofala, janeiro de 94).

A luta pela terra exige mobilização permanente e, portanto, em cada ocasião e em cada local de Almofala que se dança torém manifesta-se empreendimento do grupo para reafirmar sua identidade e para assinalar e retomar parte do território Tremembé: a terra do aldeamento. As novas canções do torém cantadas em por-

tuguês apontam a unificação dos índios:

*"Ô mataiá, ô mataiê,
quem faz a ronda é os índio da aldeia"*

*"Tô escutando a mata, sou o pajé de
toda a aldeia"*

*Os índio reunido brandeia, mas não
arreja"*

(Cantigas de Torém da autoria de João)

Neste mesmo sentido, a igreja de Almofala - a igreja dos índios - foi incorporada não como um símbolo da colonização e da catequese, mas como marco e documento do mito de origem. Da mesma forma, a comunidade de Lagoa Seca onde residiam os "tronco véi", "os antigos", e que foi visitada esporadicamente por pesquisadores nos anos 50, 60 e 70, tornou-se a "aldeia" referencial, "o coração da história".

UM COTIDIANO DE INOVAÇÕES E TRADIÇÕES

Em se tratando de pessoas que se parecem, se vestem e falam como a maioria da população regional, é difícil apontar a

primeira vista, a diferença entre índios e não-índios. A identidade dos Tremembé, contudo, não se resume a "traços culturais" como o torém e as narrativas da terra do aldeamento. Há inúmeros aspectos da vida cotidiana que podem ser (ou não) apresentados como "coisa de índio".

O antropólogo João Pacheco propõe que "é sob o signo da invenção de cultura que devem ser pensados os índios do Nordeste, com um resolutivo movimento de afastar o viés etnológico de buscar no presente culturas autênticas (ou ainda fontes culturais específicas da etnicidade)".

No cotidiano dos Tremembé de Almofala tradições são recriadas e algumas inovações são adotadas. Na localidade denominada Varjota, por exemplo, há desenhos feitos com argila e com tinta nas paredes internas das várias casas construídas em taipa. Esta atividade é uma recriação da pintura decorativa em cerâmica. As mulheres retomaram o "batalhão do algodão" (quando se juntam para fiar) como grupo de trabalho ou mutirão. O atual sistema de 14 lideranças tem a ver com a autoridade anterior dos mais velhos: "os mais véi é que tão sempre organizando os mais novo" (Agostinho, Varjota, janciro de 94). Na praia de Almofala o "puxador do torém", que morou em Fortaleza, é filho e neto de dançarinos "antigos".

Esse movimento de continuidade/descontinuidade marca a vida dos Tremembé. A instalação dos posseiros nos últimos 40 anos introduziu mudanças nas práticas culturais, fez aumentar a miscigenação. No entanto, o ritmo das inovações se acelerou no confronto com a agro-indústria de coco e a pesca industrial. Isto provocou modificações e restrições no uso e na ocupação dos espaços (a terra, o rio, o mar), resultando num quadro de expropriação.

Os anos de 92, quando a FUNAI esteve na área, e de 93, quando foi lançada em Fortaleza a Campanha pela Demarcação das Terras Indígenas no Ceará, são os marcos temporais mais recentes da luta dos Tremembé. Daí, então, Fortaleza passou definitivamente a fazer parte das suas articulações que incluem a retomada dos vínculos de parentesco com os Tremembé que migraram para a cidade.

OS TREMEMBÉ FORA DE ALMOFALA

Existem Tremembé em vários pontos da Região Metropolitana de Fortaleza. Há um núcleo no bairro de Serviluz, praia, na zona leste da capital. O grupo (se assim pode ser chamado) participa da CEB local e a clivagem que ocorre em Almofala, entre quem se afirma índio e quem recusa essa identificação, também se dá na cidade. A expectativa da demarcação das terras atinge os parentes que estão fora da área indígena, nas áreas de assentamento vizinhas a Almofala e na cidade:

“**Alex:** tem mais gente em Fortaleza que mora lá e que se assume como índio?”

Luís: *que se assume eu não vou garantir, não, mas que mora em Fortaleza tem uma grande parte. Pelo menos umas irmãs dessa dona da casa aqui, da comadre Maria, mora lá em Fortaleza, ela mora no Conjunto Palmeiras.*

Agostinho: *é a família de Demézio, a família de Cabral também, que é uma irmã do Dete com a família dele todinha, moram lá, e do Chico L.. Tudo é gente daqui que mora lá. Agora, deixa que um pedaço de chão desses, se esse povo viesse tudo para cá era demais! Acho que... quando for liberado, for demarcado... eles tão tentando a vir pra cá. E pelo Jardim, quase por toda parte e Lagoa de Santana, tudo tem gente que a gente sabe, Mineiro, tudo tem gente que é tudo da indescendência. Agora, é que esse taco de chão não dá pra mode esse povo sobreviver”.*

(Varjota, janeiro de 94)

Os Tremembé também têm parentes no Maranhão (na praia da Raposa), no Piauí (na praia de Luís Correia) e em outras partes do Ceará (praia de Macció). Estes vínculos são reforçados nas migrações temporárias de alguns pescadores Tremembé (para o Piauí e o Maranhão) e no movimento de mulheres trabalhadoras rurais. Entre os moradores do Assentamento Macció há pessoas que se auto-denominam índios⁶. Uma outra versão da ocupação do litoral pelos índios antes do contato foi formulada por Luís, da Varjota, incorporando o conhecimento de documentos e pesquisas:

“*Nessa época, naquele tempo de Pedro*

Álvares Cabral, essa terra da praia, 70 léguas pra dentro, quem andava era os índios Tremembé, de Maranhão a todo litoral aqui. Essa praia todinha, essa terra toda é indígena, toda é Tremembé! Agora, porque nós briga hoje, tem essa grande questão por esse... só por esse pedacinho, dizem: ‘como essa terra toda era deles e eles, hoje, só têm essa questão só aqui?’ Porque foi adorado por a rainha, tem registro em cartório, o cartório de Acaraú, o aldeamento dos índio Tremembé, que aqui era o aldeamento. E aí, foi feita a igreja de Almofala que foi registrada em cartório. Por isso a gente ainda tem esse conhecimento. Por isso eles não pode negar. E eles ainda nega, acha que a gente não é. E ficou todos os costume, todas as tradição aqui dentro. Tem o registro em cartório e eles ainda quer dizer que não é? É conhecido, é conhecido por pesquisa. E a gente conhece mesmo. A pesquisa é nós mesmo.

Essa outra região da praia, todo esse litoral, tudo é índio. Toda essa área, tudo é Tremembé, os índios Tremembé, esse litoral. Agora, só que eles não se identifica e não têm assim uma prova, uma testemunha. Como pode o povo de Maceió dizere que são índio, sem ter uma testemunha, sem ter um registro? Se nós aqui não tivesse, nós ia deixar de ser índio! Eles iam acabar com nós. Só que não acaba porque tem essas criança. A gente sabe mesmo, tem os marco tudim.”

(Varjota, janeiro de 94)

CIDADE: ARTICULAÇÃO E VISIBILIDADE

Depois que o conflito étnico aflorou, o contato intenso com “a cidade” (é assim que os Tremembé de Almofala se referem a Fortaleza) introduziu necessidades. A cidade, de onde vinham os missionários, os advogados e os pesquisadores, passa a ser o local da articulação com grupos indígenas e outros segmentos sociais como parlamento, imprensa e universidade tornando-se, portanto, o lugar da **visibilidade**, onde ocorrem parte das mobilizações

políticas dos índios. Nessa movimentação, é reconstruída a relação com os pesquisadores e com os parentes. Vários meios, como a fotografia e o vídeo, são incorporados à luta:

“*É muito importante a realidade sair porque não é uma coisa morta. Enquanto você tá aqui, sem ter conhecimento, lá fora a gente é uma coisa morta. Porque a gente aqui, a gente sabe o que a gente é. Só que, lá fora, você não tem conhecimento do passado daqui de dentro da terra do aldeamento. E uma imagem daquela, ela pode ser representada em vários setor. E ela passando em qualquer um canto, as pessoa fica sabendo qual é o tipo da realidade da gente aqui, cumã é o sistema da vida aqui, da nossa cultura, da nossa descendência, das nossas tradições. Enfim, de outras e outras mais coisas que será capaz de apresentar num vídeo daqueles. Pra gente, pra mim, é muito importante a atitude de ter uma coisa daquelas referente à gente, porque é um trabai feito com a gente. Um trabai feito da gente. Isso é muito importante pra mim.”*

(João, Almofala, janeiro de 94)

Quem mora em Fortaleza e se envolveu com “a luta” também compartilha da mesma percepção:

“*E essa luta da gente também faz a gente conhecer muitas coisas. Porque antes ninguém tinha a oportunidade de andar em certos ambiente, em televisão, em rádio, em tantas coisas, órgãos do governo. E a gente, hoje, vai encontrando essas pessoas importante, como os deputado e outras pessoas que ninguém tem oportunidade de falar com eles, lá fora, mas aqui, por meio da luta da gente, a gente vai tendo essa confiança. Por meio do conhecimento e tomando, vamos dizer assim, aprendendo alguma coisa, vindo com eles mesmo, né? Só nós, lá por fora da luta, a gente não aprende nada, não vê também nada, não tem essa oportunidade.”*

(Durval, Fortaleza, fevereiro de 94)

A cidade, para alguns Tremembé de Almofala, é distante, é local de confusão e de violência: “*se houver é inferno é a*

cidade!” disse Valdir, da Varjota. Todavia, principalmente para as lideranças, o leva-e-traz de notícias, cartas e fotografias ganha novo sentido na luta pela terra e pelo reconhecimento da identidade indígena:

“Eu gosto (de fotografar os parentes) por causa que, pelo menos lá, a gente tem aquela lembrança, daquele povo que, realmente, meus filhos já tiveram a oportunidade de ver. Eu gosto de trazer os retratos deles para que eles veja e que eles também entenda que a nossa família não é só nós aqui de casa. Nós tem muita gente fora, principalmente desse pessoal índio, que tem muitos deles que parece comigo, que parece com eles. E aquilo ali pra eles entendem que a nossa família é muita gente. (...)

E outra coisa mais. É quase a registrar um negócio, que a gente registra aquilo ali, a gente vê, registra na hora e pode ficar na história, né? Fica na história, aquele negócio: um retrato, uma coisa como um jornal, uma coisa qualquer.”

(Durval, Fortaleza, fevereiro de 94)

Para os Tremembé, o conflito em Almofala tem efeitos extensos, não se resumindo a uma questão local nem a um acontecimento singular, como indica José de Souza Martins acerca das lutas de índios e camponeses⁷. Esta percepção é encontrada em diversas entrevistas:

“Sempre eu guardo (foto do jornal), sempre eu guardo por lembrança da luta da gente, da caminhada, dessa batalha que a gente tá aí tentando. Porque eu acho que as histórias escrita, que veio fazendo o povo, o meio de comunicação, com o nosso trabalho, com a nossa luta, acho que isso aí fica na história, de muito tempo. Não só na nossa, como na história do Ceará e das coisas passada: existia os índio, como eles fizeram pra obter aquilo que era seu, que, realmente, os seus pais tinham perdido.”

(Durval, Fortaleza, fevereiro de 94)

Esse “aparecimento político”⁸ reforça a luta indígena no campo e exige novas reflexões acerca da diversidade de identidades dos moradores de uma cidade. Além dos Tremembé, há outros grupos indígenas situados na Região Metropolitana de Fortaleza, como Tapeba, Pitaguari, Paiaku e Jenipapo. Kanindé, que têm se reunido em assembleias e realizado campanhas junto com entidades indígenas.

O movimento de populações indígenas transita entre o visível e o invisível. O ritmo da luta contraria quem ainda considera índios como representantes do “atraso”.

“A lentidão aparente do processo não deve enganar o observador. O aspecto mais significativo dessa ruptura (do trabalhador rural com o fazendeiro) está na

redefinição do espaço da luta de índios e trabalhadores rurais. Hoje, os índios estão em toda a parte, incorporaram os meios de transporte modernos na sua lógica de luta, o que torna o espaço de sua luta muito maior.”⁹

A afirmação da identidade indígena na cidade mostra-se como continuidade do movimento de diferenciação em que vários grupos deixam de ser “caboclos” para ser índios¹⁰. Na interação dos índios migrantes com os que residem na Área Indígena, o território Tremembé está se estendendo até a cidade e o fio condutor do parentesco vai se revestindo com a intensidade da luta. Para os índios, Fortaleza constitui um novo espaço de mobilidade e seu projeto político se mostra amplo: é ser cidadão, é “ficar na história”.

*Alexsandro Ratts é mestrando em Geografia Humana na Universidade de São Paulo.

NOTAS

1- Na pesquisa que desenvolvo sobre territórios indígenas no Ceará tive a colaboração de Ivo Sousa, graduado em Ciências Sociais, com quem fiz algumas viagens de campo e realizei o vídeo “Torém”.

2- Registro de Doação de Terra aos Índios de Almofala, Nº 695, folha 101, do “Livro de Registro de Terras da Freguesia da Barra do Acaracu” de 1855-1857, citado em VALLE, Carlos Guilherme Octaviano. Terra, Tradição e Etnicidade: os Tremembé do Ceará. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ, 1993.

3- FUNAI, Relatório do Grupo Técnico criado pela Portaria do Presidente Nº 1366 de 04/09/1992 (GT-Tremembé).

4- RAFFESTIN, Claude. Por Uma Geografia do Poder. São Paulo, Ática, 1993, p. 143.

5- OLIVEIRA, João Pacheco de. Povos Indígenas no Nordeste: Fronteiras Étnicas e Identidades Emergentes. Tempo e Presença 270, Rio de Janeiro, 1993.

6- Devo esta informação à geógrafa Fatima Rodrigues que desenvolveu pesquisa sobre o Assentamento Maceió.

7- MARTINS, José de Souza. A Chegada do Estranho. In: MARTINS, José de Souza. A chegada do Estranho. São Paulo, HUCITEC, 1993, p. 71.

8- MARTINS, José de Souza. Tempo e Linguagem nas Lutas do Campo. In: MARTINS, José de Souza. Op.cit. p. 27.

9- MARTINS, José de Souza. A Chegada do Estranho. Op. Cit. pp. 80-81.

10- SAMPAIO, José Augusto Laranjeira. De Caboclo a Índio: Etnicidade e Organização Social e Política Entre os Povos Indígenas no Nordeste do Brasil. O caso Kapinawá. Campinas, Unicamp. Projeto de Pesquisa, 1986.

Foto: Alex Ratts

Família Tremembé em Fortaleza/CE

